

Recebimento: 10/09/2021

Aceite: 24/11/2021

## **EXPERIÊNCIAS DO URBANISMO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: APROXIMAÇÕES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS<sup>1</sup>**

## **EXPERIENCES OF SOCIAL URBANISM IN LATIN AMERICA: APPROACHES IN THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA/RS**

Adriano da Silva Falcão<sup>2</sup>

Rogério Leandro Lima da Silveira<sup>3</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposição teórico-metodológica que embase estudos sobre a Dimensão Humana e Intelectual (DHI) de territórios, vista como patrimônio territorial, no âmbito da Abordagem Territorial do Desenvolvimento (ATD). As âncoras principais são a Abordagem das Capacidades, de As construções teóricas que norteiam o trabalho pontuam a correlação entre capital social e suas representações sob a perspectiva do urbanismo social e colaborativo. As diferentes visões perpassam por essa construção na elaboração da coesão social, através de aspectos cognitivos, a estruturação de um discurso e sua consequente representação social no espaço da cidade. O objetivo do trabalho é retomar conceitos inerentes a estas práticas colaborativas sob diferentes denominações identificando aproximações e afastamentos destas iniciativas. Traz, em complementação, uma avaliação junto a uma percepção localizada no desenvolvimento das políticas públicas latino-americanas e brasileiras. Por fim realiza um escrutínio às ações realizadas no território entendendo que a normativa existente se alinha aos preceitos das perspectivas analisadas sob o urbanismo socialmente construído.

**Palavras-chave:** Urbanismo social; Urbanismo colaborativo; Capital social; Políticas públicas; Desenvolvimento regional.

### **Abstract**

The theoretical constructions that guide the work punctuate the correlation between social capital and its representations from the perspective of social and collaborative urbanism. Different views permeate this construction in the elaboration of social cohesion, through cognitive aspects, the structuring of a discourse and its consequent social representation in the city space. The objective of the work is to resume concepts inherent to these collaborative practices under different names,

<sup>1</sup> Artigo apresentado no V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES/2021) – Inovação, Sociedade e Desenvolvimento Regional: Repercussões e contradições nos territórios, ocorrido nos dias, 24, 25 e 26 de março de 2021. Universidade de Taubaté/Taubaté/SP. ISSN 2358-5307.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor da Universidade Franciscana, Santa Maria – RS, Brasil. E-mail: adriarq@ufn.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Geografia Humana (UFSC). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul – RS, Brasil. E-mail: rlls@unisc.br

identifying approaches and departures from these initiatives. It brings, in addition, an assessment together with a perception located in the development of Latin American and Brazilian public policies. Finally, it scrutinizes the actions carried out in the territory, understanding that the existing regulations are in line with the precepts of the perspectives analyzed under socially constructed urbanism.

**Keywords:** Social urbanism; Collaborative urbanism; Social capital; Public policy; Regional development.

## Introdução

Os atuais momentos de distanciamento social oriundos de uma pandemia que se alastra mundo afora nessas primeiras décadas do novo século 21 fazem querer revisar e retomar os entendimentos de cidades e seus espaços, dado a proporção e a dimensão da necessidade do relacionamento com os ambientes públicos que se tomou frente aos impedimentos momentâneos de circulação urbana.

Há muito se trata sobre essa questão das cidades para pessoas, na perspectiva de Gehl (2013, 2018), mas parece que hoje os olhos se abrem mais especificamente para essas necessidades primeiras dos indivíduos - a interação social. Os modelos de desenvolvimento urbano que ainda vem se apresentando em nossas sociedades como reflexos de um entendimento de crescimento aliado às lógicas do neoliberalismo e suas consequências acabam por ecoar nas representações urbanas refletindo o nosso pensamento enquanto cidade (ver, por exemplo, MARICATO, 2015 e ROLNIK, 2015).

Entretanto, fica a dúvida se o que percebemos como representação seria o que se quer ser enquanto seres urbanos ou são os pensamentos e ações desenvolvidas que não estão sendo devidamente alinhados. Os muitos movimentos que surgem como reação a essa lógica sinalizam o contrário (CO.URB 2020), ao menos em parcelas das comunidades, fazendo frente combativa, mesmo que ainda de forma embrionária. O urbanismo social, como processo de intervenção em centros urbanos, vem acompanhado de um leque de denominações: colaborativo (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019), tático e acupuntural (NOGUEIRA e PORTINARI 2016); que ora se vinculam de maneira mais efetiva às construções sociais exercidas por estas iniciativas, e ora se desassocia desses princípios, pois podem resultar de reações às próprias lógicas que desejam combater (BRAGA 2020).

Neste contexto, pretende-se fazer um percurso pelas iniciativas que podem apontar caminhos na construção de sociedades mais justas e inclusivas, entretanto, reforçando os importantes papéis peculiares da formação do capital social e da força dos atores na busca por esse pretendido desenvolvimento, tendo em primeira instância, o social, e posteriormente como consequência, o sustentável, e como resultado o econômico e suas diversas dimensões. Para tanto, intenta-se avaliar as políticas públicas construídas na região central do estado do RS, mais precisamente na cidade de Santa Maria. A ideia é confrontar as políticas públicas existentes e os seus efetivos resultados na condução do planejamento urbano local, sempre tendo como foco referencial o urbanismo social e colaborativo construído como abstração ideal na construção de cidades da contemporaneidade.

## Urbanismo Social, o Discurso e a Representação Social do Espaço

Nas primeiras décadas desse novo século chega-se à exacerbação das conclusões de Harvey (2014) onde percebia que já se estava vivendo em urbanidades extremamente divididas, muitas vezes fragmentadas em seus tecidos urbanos e nas ações e vivências cotidianas e, como se sabe, nas lutas territoriais com o fim de formar territorialidades (HAESBAERT 2007), combatendo e conflitando na busca por espaço. Todos esses elementos vão ser geograficamente definidos dependendo da sua localização em dado território, ou como diz Harvey (2014) “dependendo do lado da pista em que se vive” e mais precisamente, as possibilidades de consumo, nas mais variadas formas, a que se tem acesso. Nas lutas diárias de modificação dessas realidades surgem iniciativas combativas, representadas pelos movimentos sociais urbanos, aliados ou não as instituições do

estado que buscam novos modelos para uma melhor representatividade na produção dos espaços urbanos.

Sob a perspectiva do urbanismo social ou colaborativo muitas podem ser essas peças de articulação, entretanto deveriam estar centradas nos atores sociais e agentes urbanos as ferramentas necessárias para essa construção embrionária no desenvolvimento das cidades. Talvez, em percepção particular, ainda se divise como grande empecilho para essas mudanças a crença, talvez irreal ou utópica, de desenvolvimento centrado na economia como fim, onde somente a massa da cultura global endinheirada poderia fruir dos espaços urbanos, mesmo que fragmentados e em constantes conflitos

Na visão de autores referenciais para a temática (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019) a discussão tem seu lugar nos conceitos correntes do urbanismo social tendo ênfase nas políticas públicas e nos instrumentos urbanos inovativos com sentido de promoção a inclusão social e territorial dos diversos atores. O urbanismo social é considerado um importante aspecto da nova agenda urbana (ONU 2004) no concernente a inclusão social, notadamente também, como uma nova forma de envolvimento das comunidades nos processos participativos de planejamento urbano.

Conclusivamente abordam os desafios percebidos nesse panorama de iniciativas culturais, ambientais e urbanas que combatem a redução das desigualdades como sendo, acima de tudo, uma necessária agenda urbana. Em escala municipal apresenta tópicos analisados sob os aspectos institucionais, financeiros e urbanos, salientando as ferramentas das políticas urbanas, os instrumentos de financiamento, as abordagens de planejamento e os processos que integram a competência técnica com a participação da comunidade local, próprias dos processos decisórios democráticos, como fonte da transformação das cidades no Sul Global (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019).

Contrariamente ao entendimento de urbanismo social como carregada de intenções e auxiliadas pelo discurso de boas práticas alguns autores se posicionam de forma mais cautelosa na aclamação das políticas solucionadoras de cidades. Na proposta de Montero (2020) é construído um pensamento ao oposto do discurso global pois considera as práticas do urbanismo social, encontradas a partir de Bogota (CO), como partes de uma construção que denominou de *leveraging citie's logic*, ou em tradução livre, lógica de alavancagem de cidades.

Através de sua construção teórica é possível entender que enxerga o urbanismo social sob ao menos três (3) aspectos distintos: como uma forma de ampliação do poder da filantropia global, como uma estratégia de ação pensada em termos de *solucionism*<sup>4</sup>, sendo este vinculado ao discurso neoliberal, e, por fim, o desenvolvimento centrado no território local como maneira de desviar a atenção dos problemas de ordem mundial. O autor sustenta que há muitos limites para estas práticas e que não possuem um quadro claro de ação, justificando que parece ser uma falta de vontade das organizações (*global philanthropy*) de intervir em fatores verdadeiramente estruturais e de múltiplas escalas que modificariam verdadeiramente a produção da degradação ambiental em escala mundial (MONTERO 2020).

Outros autores que corroboram o discurso de Monteiro (2020) são Levy e Dávila (2017) quando sustentam, falando especificamente de Medellin (CO), que as transformações sentidas e vivenciadas pelo urbanismo social estão muito alinhadas ao discurso de cidades globais e refletiriam sobremaneira as aspirações da elite e seu modo de vida. Acreditam que, através do discurso, foi possível construir a ideia de cidadania inclusiva unificada ao mito da cidadania criado através da coalisão de forças das lideranças políticas, legais e econômicas. Entretanto, justificam suas resistências, concluindo que o planejamento percebido foi capaz de transformar e melhorar as mudanças transicionais e incrementais, mas não as mudanças estruturais de reprodução das desigualdades, pois estas são resultados de forças globais e não locais. Nesse sentido, as práticas modificaram só parcialmente a justiça social pretendida.

Uma outra maneira de perceber, mas alinhados a essa construção, está a percepção de Maclean (2015) que sugere que as transformações em termos de desenvolvimento urbano dentro dessa perspectiva social e colaborativa eram muito mais complexas que o termo “milagre” sugeria e envolvia. A autora sustenta que as mudanças constitucionais em nível nacional são resultado das forças econômicas globais, constituído por um leque de organizações de base e movimentos sociais

<sup>4</sup> No original *urban solucionism*, que em tradução livre se entende por *solucionismo urbano* e, na compreensão do autor é um termo cunhado para o referido artigo que traduz as contribuições da difusão das abordagens limitadas dos discursos de sustentabilidade, fazendo parte de um discurso reconhecidamente neoliberal e de transmissão de responsabilidades (MONTERO 2020, 2267).

que se uniram a colaboração das elites econômicas e políticas locais. Dessa forma, justifica que somente as modificações sentidas nas lutas por poder permitiram os resultados conseguidos. Questiona então se houve realmente um “milagre”, pois no seu entender, não se podem isolar as intervenções como únicas responsáveis, mas é possível afirmar que o contexto político modificou.

Na construção de Maclean (2015) os interesses das elites locais coincidiram com os diagnósticos neoliberais de atração de investimentos transnacionais e, como resultado, se conseguiu implementar as políticas estruturais, colocando algumas cidades latino-americanas no mapa de investimentos globais.

O que se percebe é que a construção de um urbanismo socialmente construído ainda está muito permeada pelas políticas públicas engendradas a partir das experimentações colombianas e, muitas das vezes, se associam enquanto discurso e enquanto prática. Cabe então analisar especificamente os elementos que compõem este ferramental originado não na América Latina, mas especificamente, em território colombiano.

Na perspectiva de Lina Ocampo (2019), o urbanismo social não se trata de um movimento ou de uma corrente de pensamento ou um modelo a ser seguido, mas sim de possibilidades de transformação urbana, vistas como uma sucessão de processos que são sentidos e percebidos através do tempo. Além disso, o urbanismo social, pode ser vinculado a um pensamento de construção de um discurso que pode induzir comportamentos, legitimando ou não, os atores sociais, que se ligam à ideia de modelo de cidade e gestão de desenvolvimento (ROLDÁN 2013). Essas construções discursivas, ultimamente, permitem, por exemplo, a cidade de Medellín conectar-se produtivamente aos entendimentos de cidades globais, da criação de mercados, ampliando as possibilidades de geração de riquezas, culturais, identitárias e, por resultado, desenvolvimento, inclusive econômico.

Na perspectiva de Roldán (2013), o urbanismo social é um exemplo de um processo de desenvolvimento articulado às demandas regionais, tendo como pano de fundo os entendimentos das demandas globais, onde se busca, com base nessa externalidade, uma governança de cidade normatizada, competitiva e produtiva, constituída por um conteúdo ideológico do discurso. Esses elementos servem para uma revisão crítica dos processos de planejamento e gestão dos territórios onde, também, se compreende a função do discurso e da ideologia como elementos construtores de uma visão autorreferente, e como estes se articulam aos modos de poder e controle, legitimando o modelo de urbanismo social, impactando significativamente nos processos físicos, espaciais, sociais e políticos da cidade.

Somado a esta perspectiva de construção do discurso, ainda se considera como ferramental básico para essa estruturação de projetos e gestão de territórios sustentáveis a força da representação social do espaço público, repercutindo que este é capaz de influenciar como o indivíduo se percebe enquanto sujeito pertencente uma coletividade. Ou seja, tem-se o espaço urbano visto como instigador de uma percepção íntima do indivíduo que se transforma ao se deparar com a percepção coletiva na medida em que se comunica com a imagem urbana construída. (CONTRERAS-LOVICH 2016).

A mesma autora defende que esses novos modelos de desenvolvimento, com diversidades de atores e multiplicidades de pensamentos, formadas pela visão da gestão integral, seja constituinte de uma possível ressignificação do urbanismo, sendo uma dialética da representação que parte do ambiente humanizado. Essa noção de tríade é percebida e explicada pelo entendimento da relação sujeito e objeto, ou seja, os estímulos do meio, os processos cognitivos, os processos de percepção conscientes e inconscientes, e os comportamentos, originados pelas ações e práticas sociais (CONTRERAS-LOVICH 2016).

É possível identificar na construção de Contreras-Lovich (2016) alguns conceitos que balizam esses projetos de territórios com a ampla participação dos atores sociais, convertendo-os em cidadãos criativos e participativos, peças-chave nesse experimento aberto de constituição de espaços vividos (LEFEBVRE 2001). Essas representações estão centradas na percepção de um urbanismo como ambiente, participante de um sistema dinâmico e interpretado através de seus contextos. É um espaço cultural vivido, fruto de desejos internalizados que possam ser expostos e representados no espaço, embasado na experimentação e na escala mais humana (GEHL 2013). Finaliza-se com o urbanismo participativo, visto como uma bússola na construção de sentidos face as práticas sociais fundamentadas nos conhecimentos da comunidade.

Outras abordagens que podem auxiliar na construção de propostas participativas são relativas a necessária “educação” e formação comunitária dos atores participantes, não com viés de padronização cultural, mas no sentido do despertar da consciência e da conveniência dos espaços

públicos das cidades, ou seja, é instrumentalizar os atores com vistas a construção de um ferramental auxiliar na percepção dos espaços urbanos, nas fases iniciais de diagnóstico, como forma de mobilização e preparação dos atores territoriais, garantindo também graus de confiança mais elevados para os processos adotados e instituições mais fortes (CONTRERAS-LOVICH 2016).

### **As Perspectivas do Urbanismo Social Latino-americano**

De maneira geral, entende-se que o urbanismo social é considerado uma parte importante da nova agenda urbana (ONU 2004) no concernente à inclusão social, notadamente também, como uma nova forma de envolvimento das comunidades nos processos participativos de planejamento urbano. Autores tais como Leite et al (2019) relatam experiências de São Paulo como relevantes nos processos de participação e inclusão social na herança cultural da cidade e através das políticas urbanas e instrumentos de gestão; de Medellin, com suas políticas públicas nos mesmos processo participativos considerado um fenômeno social (OCAMPO 2019), entre outras. Neste percurso, abordam os desafios percebidos nesse panorama de iniciativas culturais, ambientais e urbanas que combatem a redução das desigualdades como sendo, acima de tudo, uma necessária agenda urbana, notadamente, em escala municipal (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019). Uma destas iniciativas é a experiência colombiana.

### **As experiências do urbanismo social colombiano**

A partir da Lei de Desenvolvimento Territorial 388 de 1997<sup>5</sup> da Colômbia que transforma a responsabilidade de desenvolvimento urbano para os municípios, as cidades colombianas vêm realizando grande esforço no caminho de criação de ferramentas que apoiem o planejamento dos territórios com foco nas iniciativas locais (OCAMPO 2019). No caminho dessas iniciativas, o Estado as consolida como práticas sociais, transferindo a responsabilidade pelo desenvolvimento aos municípios, confirmando a posição territorial local como a célula base de transformações sociais resultados de seus planejamentos urbanos. Para tanto, o Estado nacional se retira dessas práticas, e o desenvolvimento regional se resume às competências municipais que se estabelecem como prática pública de governança (DAZA 1998).

Após o lançamento dessa marca de desenvolvimento territorial, a Alcaldia<sup>6</sup> de Medellin tem buscado o cumprimento das leis de ordenamento territorial e a garantia de se seguir plenamente estas políticas com pensamento na continuidade dessas diretivas propostas (OCAMPO 2019). Há um reconhecimento da manutenção dessas políticas através das instâncias políticas de governança que elevam a manutenção da cidade como modelo conhecido mundialmente, nos princípios desse século XXI, à categoria de cidades construídas através do urbanismo social, tendo inclusive como alcunha, o Milagre de Medellin (OCAMPO 2019); (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019); (MACLEAN 2015). Esse processo se intensifica com a eleição de Sergio Fajardo, prefeito de Medellin em 2003, tendo seu trabalho reconhecido pela população através de políticas que “aliviaram a cidade, e conseqüentemente, a comunidade de uma opressiva desumanidade” (OCAMPO 2019, s/p).

No novo plano de ordenamento territorial colombiano de 2014, há um avanço no sentido de programar a cidade para uma nova abertura ou acessibilidade extensiva a toda a população, demonstrando uma clara iniciativa inclusiva de uma população com graves problemas de mobilidade urbana, reduzindo os tempos de conectividade urbana. Estes elementos de infraestrutura resultam em impactos positivos sobre a paisagem e o entendimento de comunidade, como, por exemplo, na queda significativa nas taxas de violência urbana (OCAMPO 2019); (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019); (MACLEAN 2015).

Na perspectiva dos autores o urbanismo social não se trata de um movimento ou de uma corrente de pensamento ou um modelo a ser seguido, mas sim de possibilidades de transformação urbana, vistas como uma sucessão de processos que são sentidos e percebidos através do tempo e não como ferramentas infalíveis que resolvem os problemas urbanos magicamente, pois mesmo nesse exemplo, é possível divisar resultados positivos e negativos.

Assim, o que se percebe nesse exemplo é como a inserção dessas políticas urbanas centradas no desenvolvimento humano está vinculado a uma crescente e necessária inclusão social. Sendo possível referenciar a experiência da cidade de Medellin (CO) como positiva, muito embora não

<sup>5</sup> Lei de Desenvolvimento Territorial 388 de 1997 da Colômbia que transforma a responsabilidade de desenvolvimento urbano para os municípios (COLOMBIA 1997)

<sup>6</sup> Alcaldia visto como prefeitura – nomenclatura de governança local e municipal, diferenças entre Brasil e Colômbia.

sendo uma cidade perfeita (LEITE, ACOSTA e MILITELLI, et al. 2020). Ou seja, a cidade de Medellín (CO) mostra que é possível dar largos passos rumo a um desenvolvimento mais integrado e igualitário e, conseqüentemente, mais sustentável. Mesmo analisando a partir de uma visão de política urbana, principiada pelo Estado e, posteriormente, pela governança local, a experiência de Medellín se forma a partir de um grande “pacto” social oriundo de uma realidade de extrema violência e fragmentação social que atingia a sociedade como um todo (OCAMPO 2019). Ao que parece, essa necessidade urgente de transformação leva a integração dos desejos de uma população atingida pelo flagelo do tráfico e as ações colaborativas de políticas públicas, pensadas e levadas adiante, por sucessivos governantes e os seus maiores interessados, os moradores desse centro urbano (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019) (MACLEAN 2015).

Diversas foram as propostas que apoiaram esse crescente processo de cooperação urbana e vê-se que o principal objetivo das intervenções era conectar pessoas através de uma mobilidade efetiva e inclusiva (OCAMPO 2019); (LEITE, ACOSTA e MITLITELII, et al. 2019). Estas ações transformam a cidade, dando maior legitimidade à população e, conseqüentemente, resultando em inversões da violência que se apresentava. Com isso, os sentidos de pertencimento são reforçados e amalgamados por projetos de valorização cultural e dos saberes próprios das comunidades fragilizadas socialmente, assim como pela criação de equipamentos de articulação nos cerne dos problemas urbanos, as chamadas Unidades de Vida Articulada (EDU 2020). Estes equipamentos, ligados à cultura, ao lazer e à atenção comunitária, recriam e potencializam os aspectos da convivência urbana e, também, auxiliam na reconstrução da cidade nas dimensões de espaço percebido, concebido e, principalmente, vivido (LEFEBVRE 2001).

Essas construções discursivas, ultimamente, permitem a cidade de Medellín conectar-se produtivamente aos entendimentos de cidades globais, da criação de mercados, ampliando as possibilidades de geração de riquezas, culturais, identitárias e, por resultado, desenvolvimento, inclusive econômico. Na perspectiva de Maclean (2015) a cidade constrói esse discurso apoiado na cobertura da mídia internacional, assim como na literatura investigativa e nos círculos políticos, ou seja, ganhou espaço no novo marketing do país no mesmo caminho das cidades globais que a precederam (Barcelona, Bilbao, Curitiba). Vinha acompanhado de uma crença de que a cidade estava “livre” por intermédio das intervenções arquitetônicas e infra estruturais, e nesse sentido, estariam aptas a receber pesados investimentos internacionais, reforça a autora.

## As Experimentações das Microrevoluções Urbanas

Para o entendimento das diferentes percepções do urbanismo social e colaborativo pretende-se percorrer alguns avanços conseguidos através de iniciativas locais, regionais e exemplos construídos no Brasil e América Latina, que se assemelham, em parte, às práticas denominadas urbanismo social. O objetivo é compreender seus limites, caminhos e contradições inseridos nessas articulações urbanas conhecidas como táticas e colaborativas.

Essas iniciativas podem também estar associadas as micro revoluções urbanas que surgem como práticas de resistência (BRAGA 2020), ou mesmo, de possibilidades de revitalização de pequenas parcelas do espaço urbano que demonstram desassistência da ação integral do Estado. Estas mesmas iniciativas vêm recobertas por discursos de colaboração e integração. Entretanto, parecem ser respostas um pouco desarticuladas da coletividade como um todo.

## O urbanismo tático e colaborativo

O urbanismo tático surge como proposta que envolve atores sociais, apoiadas eventualmente por intervenções estatais, muito mais na forma de colaboradores, mas que, por vezes, não se efetivam como interventores contundentes nas práticas urbanas. As propostas que têm surgido em diferentes realidades (CO.URB 2020) (OCUPATUCALLE 2020) (FIIU Fórum Internacional de Intervenciones Urbanas 2019) são consideradas louváveis e de aparente impacto positivo nas comunidades nas quais se inserem, todavia, não é possível a assertiva de efetivação positiva desses resultados sem uma cuidada avaliação dos alcances obtidos. As vertentes adotadas por estas iniciativas estão vinculadas, quase sempre, a metodologias de apropriação, autogestão e, muitas vezes, com baixo orçamento ou apoiados na parceria privada (NOGUEIRA e PORTINARI 2016).

A prática do urbanismo colaborativo pode ser vista como uma aproximação de práticas utópicas da participação das comunidades, pois, podem conter uma perspectiva da falta de presença estatal nas práticas urbanas modernizantes das nossas cidades. Essas constatações partem das

percepções de Nogueira & Portinari (2016) quanto à localização destas intervenções, percebendo que acontecem, em sua maioria, em áreas de sociabilidade e de lazer dos centros das cidades e, poucas vezes, nas periferias desassistidas, onde as iniciativas acontecem muitas vezes por meio de mutirões comunitários.

### **Redes de colaboração e micro intervenções urbanas**

As possibilidades das práticas colaborativas têm ganhado espaço significativo nas iniciativas de composição de tecidos urbanos mais inclusivos e participativos, mesmo que provenientes e nascidos de pequenos grupos auto-organizados e com investidas em amostras ínfimas do território onde interagem. Em pesquisa pela rede de projetos de colaboração (CO.URB 2020) (FIIU Fórum Internacional de Intervenciones Urbanas 2019) (OCUPATUCALLE 2020), é possível perceber um grande grupo de iniciativas colaborativas que intentam conectar uma pluralidade de atores que se incentivem a participar de soluções colaborativas, com base em ferramentas do urbanismo tático, ganhando expressividade nas muitas ações que congregam, somando redes de pessoas e as mais variadas instituições, com observância ou não, de colaborações estatais eventuais.

Nos objetivos dos grupos se percebe uma vontade crescente de ver acontecer as transformações que se deseja, aos olhos de Harvey (2014), enquanto ser que vive em comunidade. Mas não se pode deixar de perceber que os manifestos de construção coletivas de cidades (CO.URB 2020), mesmo que com contribuições da governança, passam ao largo de propostas estruturadas como políticas públicas efetivas e extensivas a todas as coletividades estando estas representadas ou não dentro desses processos.

Valorosas também podem ser os encontros com mostra de projetos de intervenção (FIIU Fórum Internacional de Intervenciones Urbanas 2019) com alto grau de envolvimento coletivo que podem dar algumas respostas de descontentamento com o rumo que as cidades têm tomado e como os espaços públicos têm sido percebidos pelas comunidades. É evidente que essas iniciativas, além de demonstrarem as insatisfações sentidas podem ser apresentadas como pontos de apoio as tão almejadas revoluções urbanas propostas por Harvey (2014).

Mais próximo à realidade local e dentre as ações ditas embrionárias, é possível perceber grupos e comunidades engajados em tentativas de desenvolvimento urbano ligado a esses preceitos, transformando a população em verdadeiros protagonistas de seus territórios de ação – novamente o espaço vivido – onde se propõem a introduzir os conceitos de uma construção gradual, voluntária e de baixo custo, tendo sempre como fim o desenvolvimento do capital social e da autonomia das comunidades (FALCÃO e GUMA 2020).

Por exemplo, na cidade de Santa Maria, contrário aos movimentos de renovação urbana centrados no desenvolvimento econômico local – criação da travessia urbana, inauguração de centros de compras fechados e a proliferação de condomínios de alta classe – surgem movimentos de grupos e organizações que se inserem nas comunidades levando conhecimento técnico como elemento propulsor de melhorias no espaço urbano e nas condições de vida dessas localidades. A Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM 2020), através do Protagonistas do Futuro é um exemplo de grupos da sociedade civil que se organiza para criar outras realidades possíveis. Estas iniciativas são reforçadas por projetos de extensão ligados as universidades locais, como o [com]VIDA (FALCÃO e GUMA 2020), que também realiza ações que tentam ampliar os sentidos de pertencimento e de reconhecimento dos espaços públicos da cidade, dentro da perspectiva do direito total e irrestrito à esta que nos é tão cara (LEFEBVRE 2001).

### **As Políticas Públicas Locais na Perspectiva do Urbanismo Social e Colaborativo**

Na região central, mais precisamente, o centro urbano de Santa Maria, nota-se que, apesar dos esforços realizados por autarquias como o Instituto do Planejamento (IPLAN) e, também, da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, a governança política e a condução dos planejamentos, não está alijada dos atores sociais que conduzem a costura dos tecidos urbanos e, muito menos, alheia às forças do mercado especulativo entranhado nos entendimentos de crescimento e desenvolvimento urbano da população como um todo.

Percebe-se que as ações de governança se restringem, basicamente, nos processos de regularização fundiária e, ainda, nos reconhecimentos e aprovações dos projetos habitacionais alinhados com as propostas governamentais, na esteira do Minha Casa Minha Vida. Em encontros com a secretaria, em diversas oportunidades, ficou claro que, com o trabalho exaustivo de um corpo

técnico reduzido, acompanhado do grande déficit habitacional que, costumeiramente, faz parte das realidades de nossas cidades, a tarefa dessas secretarias fica bastante limitada.

A urgência por espaços destinados à habitação social determina, quase que por inteiro, os destinos da força de trabalho dessas secretarias, dependendo tempo ao cadastramento de famílias necessitadas e, ainda, no controle das ocupações urbanas que nascem a cada dia. Muito embora esta seja uma necessidade urgente, as políticas habitacionais alcançam somente objetivos que beiram a superficialidade, não por incapacidade técnica, mas sim pela falha de plataformas políticas que encarem os problemas de direitos à cidade – aqui configuradas como acesso as infraestruturas necessárias a uma vida digna – como participantes de uma agenda premente. Como trata Seixas (2013), essas falhas estruturais na composição dos técnicos pertencentes a esta secretarias e, adicionado a isto, o afastamento dos programas políticos direcionados aos planejamentos efetivos das cidades, reforçam sobremaneira a problemática.

Outro setor que vem acompanhando com importantes avanços a cidade é o IPLAN, que, após a reforma administrativa realizada no ano de 2013, se estabelece como um conjunto de funcionários técnicos na condução do Plano Diretor, de 2005, recentemente modificado. Cabe salientar que a cidade, através do apoio dessa autarquia, realizou estudos e planejamentos de mobilidade urbana para a cidade como um todo. Entretanto, passados já alguns anos do lançamento das ideias inovadoras contidas na Lei complementar 98/2015, pouco se consegue divisar implantado no concernente à mobilidade peatonal no centro da cidade (IPLAN 2020). Em uma análise dessa legislação, percebe-se muito claramente o alinhamento de cidade pretendida com os discursos contidos nas ideias do urbanismo social e colaborativo presentes em muitos planejamentos de cidades pela América Latina.

Nesse sentido, algumas tentativas foram realizadas para a adequação das ideias planejadas e sua efetivação nos tecidos urbanos locais. Entretanto, o que se percebe ainda é um retrocesso ou emperramento dos processos, como o fechamento de algumas vias para o trânsito de veículos. Os diferentes atores envolvidos ainda têm dificuldades claras em compreender a dinâmica urbana nesse sentido, pois se colocam, na maioria das vezes, contrários a estas iniciativas antevendo, conforme relatos na imprensa local, modificações negativas na frequência aos seus locais de comércio e serviços (PMSM 2019). Essas ideias de mobilidade positiva já foram, e ainda são amplamente discutidas e comprovadas por Jan Gehl (GEHL e SVARRE 2018)

O plano de travessia urbana de Santa Maria (IPLAN 2020), composto por grandes intervenções realizadas através da inserção de rótulas, grandes viadutos e ampliação das pistas de rolagem da BR 287 e BR 158 (Correio do Povo 2020), que cortam a cidade, são inovações que a todos impressiona pela grandiosidade e avanços no sistema de mobilidade (Gaucha ZH 2021). Entretanto, em visão bastante particular, essas intervenções ainda guardam perspectivas do planejamento monofuncional e modernizante (MONTANER e MUXI 2014) que tanto caracterizaram as cidades em meados do século XX, esquecendo de colocar em pauta os maiores interessados. Dessa forma é imperativo questionar: além dos carros e transportes de massa, como as pessoas se locomovem nesses espaços? Como é possível, dentro dos limites urbanos, esquecer-se de priorizar os principais usuários dessas mudanças – os pedestres?

Esses planos, obviamente, são aceitos como evolução da urbanidade e festejados como elementos do progresso de Santa Maria enquanto cidade. Nesse sentido, conseguem força de plataforma política no momento de sua viabilização, pois alcançam os interesses dos atores que dominam e condicionam as decisões nesse centro urbano. Porém, esses mesmos planos não deixam de ser destinados a setores específicos da sociedade.

Voltando-se à questão primordial de como a governança urbana contribui para o desenvolvimento regional, não se discute que, evidentemente contribui para melhorias significativas alinhadas as ideias de “crescimento” econômico e social. Entretanto, a questão que ainda persiste é, aos olhos de quem e sob quais perspectivas estão sendo realizadas essas análises. Nesse sentido concorda-se com Seixas (2013) de que é necessário a retomada do lugar da cidade, uma mudança de paradigma que enfatiza a troca da lógica da mais valia, voltada para uma cidade vivida no dia a dia. Porém, a tarefa a ser pensada é como convencer os moradores de áreas urbanas, assim como os seus planejadores e atores políticos de que esse lugar, que se perdeu no tempo e no espaço, necessita de retomada da noção de desenvolvimento urbano e humano muito mais urgente do que de crescimento e expansão econômicos.

## Encaminhando as Conclusões

A partir da discussão precedente, é importante repensar qual o nível de falta e, conseqüentemente, de afastamento que a sociedade se encontra em relação aos espaços públicos de suas cidades. Tais momentos podem servir como ponto de inflexão para se repensar enquanto sociedade e, verdadeiramente visualizar uma mudança de paradigma efetiva nos pensamentos de cidades, como um conjunto de aglomerações humanas que se quer enquanto seres humanos e que sigam os mais profundos desejos enquanto sociedade.

É possível divisar esse sentimento de solidariedade, de coparticipação, de compartilhamento de ações, ao menos nas escalas das redes sociais e em iniciativas isoladas por grupos mais sensibilizados. Espera-se de fato que, passado o sobressalto da perda momentânea de direitos de uso dos espaços urbanos e, para muitos, de moradia adequada, se possa repensar a verdadeira importância de adotarmos o valor de uso em detrimento do valor de troca a que estamos acostumados. A reavaliação e revalidação dos conceitos de cidades e expectativas do que se acredita enquanto desenvolvimento, e nesse caso pela perspectiva urbanística, são necessárias *ad aeternum*, ou a cada tempo, para que não se percam as perspectivas dos reais motivos que nos levaram a conviver em aglomerações urbanas.

Conforme visto sob a perspectiva do urbanismo social ou colaborativo muitas podem ser as peças-chave para o desenvolvimento urbano. Entretanto, poderiam estar centradas nos atores sociais e agentes urbanos as ferramentas necessárias para essa construção embrionária para o desenvolvimento das cidades. Talvez, em percepção particular, ainda se divise como grande empecilho para essas mudanças a crença de desenvolvimento centrado na economia como fim, onde somente a massa da cultura global endinheirada poderia fruir dos espaços urbanos, mesmo que fragmentados e em constantes conflitos. A apresentação de iniciativas, onde a sociedade civil se articula em diferentes escalas de ação, busca novos modelos de produção do espaço onde se divisa as efetivações dos direitos à cidade pensada por Lefebvre (2001) justamente quando se conseguisse uma inimaginável e distante gestão democrática dos investimentos urbanos.

Os papéis atribuídos aos atores dessas transformações aparecem de forma que caberia também aos profissionais técnicos, arquitetos e urbanistas aliados aos parceiros (sociólogos, geógrafos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros) somar os seus conhecimentos, suas experiências a uma atitude amplamente democrática no sentido de buscar alternativas em vias de uma reforma urbana mais colaborativa, participativa e abertamente reflexiva, despolarizada. Poderiam, principalmente, pensar em uma forma de construção inversa à lógica da pirâmide social excludente, atribuindo valor ao lugar de fala para aqueles aos quais menos se escuta a voz na concepção dos nossos aglomerados urbanos, exemplificados pelos modelos participativos que eclodem na América Latina em diversos pontos. Com isso, a inserção social e o direito a participação seriam justos, híbridos e múltiplos como reflexo da heterogeneidade cambiante da nossa sociedade, princípios básicos do urbanismo pensado social e colaborativamente.

Buscar novos modelos de produção do urbano ainda centrado nos princípios propalados pelo novo urbanismo e a longínqua cidade de desenvolvimento sustentável podem, momentaneamente, se iniciar nessas pequenas ações articuladas entre poder público e a sociedade civil que se movimenta no sentido de buscar os reais direitos de retomada das cidades com maior controle dos excedentes voltados e aplicados na evolução da urbanidade como um todo. Nesse sentido, planejamento e gestão urbanas podem ser vistas como dimensões coexistentes.

Os desafios para essa implementação são inúmeros, mas parecem estar centrados basicamente na real aplicabilidade dos instrumentos sugeridos pelos diversos planos, na descontinuidade dos gestores capazes de manter os planos de médio e longo prazo, nas possíveis falhas das capacidades instrucionais dos gestores e corpo técnico de apoio, assim como, no afastamento das realidades municipais fragilizadas pela fraca participação democrática. Juridicamente, a experiência tem demonstrado ser bastante inovadora no reconhecimento dos direitos, mas percebe-se que pouco da cidade imaginada sai da teoria e avança sobre a prática, pois, apesar das iniciativas locais e regionais pensadas na forma de urbanismo tático e urbanismo social ou colaborativo, como vem ocorrendo, é importante lembrar que não se pode eximir o Estado de sua responsabilidade enquanto instituição capaz de agir e colaborar para essas mudanças.

A Agenda Urbana traz desejos prementes de inclusão dos diferentes grupos, de direitos coletivos, de habitar, produzir, usar cidades justas e sustentáveis. Porém, a definição desses direitos, por si só, não garante a sua implementação cabendo, também, aos diversos atores repensarem-se enquanto participantes desses modelos reprodutivos dessas lógicas de conformação dos espaços.

Essas feições de cidades que se expõem poderiam ser oriundas dos próprios comportamentos e da maneira como a sociedade se representa no território, refletindo muito a sua forma de pensar e agir.

## Referências

- ADESM. *Sobre a cidade ADESM*. 26 de 05 de 2020. <https://www.adesm.org.br/nossa-cidade>.
- BRAGA, Luciano. *O poder das microrevoluções urbanas*. 25 de 06 de 2020. <https://caosplanejado.com/o-poder-das-microrrevolucoes-urbanas/>.
- CO.URB. *4º CO. URB encontro de urbanismo colaborativo*. 26 de junho de 2020. <https://www.courb.org/pt/encontro/>.
- COLÔMBIA. “Lei de Desenvolvimento Territorial.” *Congresso da Colômbia*. Bogotá: Diário Oficial do Senado, 24 de julho de 1997.
- COLOMBIA. *Lei de Desenvolvimento e Territorial*. 24 de julho de 1997.
- CONTRERAS-LOVICH, Heidi Natalie. “La representación social del espacio público para el diseño y la gestión de territorios.” *Revista de Arquitectura* (Universidad Católica de Colombia) 18 nº1 (jan-jul 2016): 18-34.
- Correio do Povo. “Travessia Urbana de Santa Maria entra em fase final - Renato Oliveira.” *Jornal Correio do Povo*. 13 de maio de 2020. <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/travessia-urbana-de-santa-maria-entra-em-fase-final-1.351179>.
- DAZA, Juan Carlos del Castillo. “Cinco fases do urbanismo na Colômbia.” *Diário Territorial Urbano* 1, nº 2 (1998): 20-22.
- EDU. *Nós*. 10 de 04 de 2020. <http://www.edu.gov.co/edu/nosotros>.
- FALCÃO, Adriano da Silva, e Juliana Lamana GUMA. “Como o Urbanismo Colaborativo pode melhorar nossas cidades?” *Agência de Desenvolvimento de Santa Maria ADESM*. 09 de Abril de 2020. <https://www.adesm.org.br/post/urbanismocolaborativo>.
- FIIU Fórum Internacional de Intervenciones Urbanas. *Vulnerabilidad en el Espacio Público*. Lima: CONCIBA S.A.C., 2019.
- Gaucha ZH. *GZH Travessia Urbana*. 2021. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ultimas-noticias/tag/travessia-urbana/> (acesso em 26 de junho de 2021).
- GEHL, Jan. *Cidade para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, Jan, e Birgitte SVARRE. *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- HAESBAERT, Rogério. “Território e Multiterritorialidade: um debate.” *GEOgraphia - Revista do Programa de Pós Graduação da UFF IX nº17* (2007): 19-46.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IPLAN. *Instituto do Planejamento de Santa Maria*. 11 de maio de 2020. <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/index.php>.
- . “Plano Diretor de Mobilidade Urbana.” *Instituto do Planejamento de Santa Maria*. 13 de maio de 2020. [http://iplan.santamaria.rs.gov.br/lista\\_mobilidade\\_urbana.php](http://iplan.santamaria.rs.gov.br/lista_mobilidade_urbana.php).

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Carlos, et al. *Social Urbanism in America Latina. Cases and Instruments of Planning, Land Policy and Financing the City Transformation with Social Inclusion*. Cham: Springer Nature, 2019.

—. *Social Urbanism in Latin America*. Gewerbestrasse, Switzerland: Springer Nature Switzerland AG, 2020.

LEVY, Caren, e Julio D DÁVILA. “Planning for mobility and Socio-Environmental Justice: The Case of Medellin, Colombia.” Cáp. 3 em *Environmental Justice and Urban Resilience in the Global South*, por Adriana ALLEN, Liza GRIFFIN e Cassidy JOHNSON, 37-55. New York: Palgrave macmillan, 2017.

MACLEAN, kate. *Social Urbanism and the politics of violence - the Medellin Miracle*. London/UK: Palgrave Macmillan, 2015.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTANER, Josep Maria, e Zaida MUXI. *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. Tradução: Frederico BONALDO. São Paulo, SP: Gustavo Gilli, 2014.

MONTERO, Sergio. “Leveraging Bogotá: Sustainable development, global philanthropy and rise of urban solucionism.” *Urban Studies Journal limited* 2018 57 (2020): 2264- 2281.

NOGUEIRA, Pedro C.E., e Denise B. PORTINARI. “O urbanismo tático e a cidade neoliberal.” *Arcos Design* (PPD ESDI - UERJ) 9 (dezembro 2016): 177-188.

OCAMPO, Lina Maria Escobar. “Transformación Urbana de Medellin.” *Apresentação em Powerpoint*. 02 de setembro de 2019.

OCUPATUCALLE. Nós. 26 de junho de 2020. <https://ocupatucalle.com/nosotros/>.

ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030*. Kenya: United Nations Human Settlements Programme, 2004.

PMSM. “Intervenção experimental na segunda quadra da Bozano, no Centro de Santa Maria, está suspensa.” *Prefeitura Municipal de Santa Maria*. 15 de 05 de 2019. <https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/18617-intervencao-experimental-na-segunda-quadra-da-bozano-no-centro-de-santa-maria-esta-suspensa> (acesso em 25.09 de 2020 de 2020).

—. *Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária*. 11 de maio de 2020. <https://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/>.

ROLDÁN, Suly Maria Quinchia. “Discurso y Producción de Ciudad: un acercamiento al modelo del urbanismo social en Medellin, Colombia.” *Cuadernos de Vivienda y Urbanismo*, 2013: 122-139.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SEIXAS, João. *A cidade na encruzilhada - repensar a cidade e a sua política*. Porto: Afrontamento, 2013.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*